

O Ingresso de Indígenas na Antropologia e seu impacto sobre a disciplina: Brasil, Argentina, Canadá, Austrália¹

Stephen Grant Baines² (UnB/DF)

Palavras-chave: estilos de antropologia, antropólogos indígenas, contextos nacionais

Apresentação

O trabalho pretende dar continuidade aos debates iniciados na última RBA em 2024, que reuniu pesquisas sobre a interface entre a Antropologia e os povos indígenas em diferentes contextos nacionais, com base na proposta de estudar “estilos de antropologia”, formulada no Brasil pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira (1988, 2000 [1998]) a partir de iniciativas anteriores e contemporâneas de Gerholm & Hannerz (1982), Stocking Jr (1982), Peirano (1981), Ramos (1990), entre outros. Busco observar de forma mais detida o papel de indígenas antropólogos(as) na transformação e revitalização da disciplina em distintos contextos nacionais. A partir do caso brasileiro - país em que o ingresso de indígenas na antropologia vem ocorrendo ao longo das últimas duas décadas - examino brevemente o Canadá (Dyck 1990; Dyck & Waldram, 1973) e a Austrália (Baines, 1995; Langton, 2011) - países em que a presença de indígenas antropólogos(as) se consolidou há várias décadas -, além da Argentina, país em que até recentemente o ingresso de indígenas na disciplina teve pouco reconhecimento frente a uma ideologia nacional que negava a existência dos povos indígenas (Lenton 2010).

Pesquisa sobre o ingresso de indígenas na Antropologia

Este trabalho surgiu a partir de pesquisas anteriores realizadas dentro da linha de estilos de antropologia (Cardoso de Oliveira, 1988; 2000 [1998]) no Brasil, país onde realizei o doutorado em antropologia (1981-1988) na UnB, na área de etnologia indígena sob a orientação de professor Julio Cezar Melatti, e dentro de um projeto de pesquisa iniciado pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira sobre estilos de antropologia. Iniciei pesquisa na Austrália a partir de 1992, no Canadá a partir de 1995 e na Argentina a partir de 2016, com vários estágios de pesquisa nestes países e um pós-doutorado de um ano na UBC, Canadá, e na ANU, Austrália. Neste trabalho menciono algumas obras de indígenas antropólogos nesses quatro países para ressaltar algumas das suas contribuições para a revitalização da disciplina.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² O autor é bolsista do CNPq PQ 1-A.

A linha de investigação focaliza o ingresso de indígenas na antropologia, tema que surge da minha própria trajetória acadêmica, pois participei da Comissão de Ações Afirmativas (COAFI) do Departamento de Antropologia (DAN)³ da UnB desde 2013, o mesmo ano em que foram implantadas, até ser aposentado em 2023. Tive o privilégio de trabalhar junto com estudantes indígenas, desde que acompanhei a tese de doutorado do professor Gersem José Luciano dos Santos Baniwa, intitulada, “Educação para Manejo e Domesticação do Mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no rio Negro”, entre 2007 e 2011, tese premiada pela CAPES, o primeiro professor indígena a receber o título de doutor pela UnB, experiência em que aprendi muito sobre a educação escolar indígena. Após mais de dez anos na UFAM, o professor Gersem Baniwa é professor e colega do DAN/UnB desde 2022, e se tornou uma das principais referências em nível nacional e internacional em educação indígena. Em 27 de novembro de 2025 um projeto de lei foi enviado pelo governo Lula ao Congresso Nacional que cria a Universidade Federal Indígena (Unind), a ser implantada em Brasília, proposta que professor Gersem Baniwa vem defendendo há vários anos. A Unind, segundo Baniwa deve ser orientada para a construção de uma instituição de ensino superior intercultural e pluri-epistêmica, capaz de fomentar um diálogo simétrico entre diferentes ciências e sistemas de conhecimento de todo o mundo, particularmente os indígenas, e de superar a hegemonia eurocêntrica.

Desde acompanhar a tese de Gersem Baniwa, um processo dialógico de escuta, tive o privilégio de acompanhar as pesquisas de doze indígenas pós-graduandos e graduandos e, nos últimos cinco anos, acompanhei 11 estudantes indígenas em nível de pós-graduação do PPGAS/DAN/UnB, visando contribuir para a formação de profissionais indígenas em antropologia em nível de pós-graduação, uma experiência colaborativa rica.

Com a promulgação da Lei de Cotas no Brasil, Lei nº 12.711/2012, que reserva 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes de escolas públicas, incluindo “subcotas para pretos, pardos, indígenas (PPIs), pessoas com deficiência (PcD) e baixa renda”, e a publicação do Decreto nº 11.785/2023 que institui o Programa Federal de Ações Afirmativas, definindo-as como medidas para corrigir desigualdades e promover direitos de grupos historicamente discriminados, o número de indígenas no

³ A UnB na Resolução CEPE n. 044, de 04/06/2020, dispõe sobre a política de ações afirmativas para estudantes negros/as, indígenas e quilombolas para todos os cursos de pós-graduação. O PPGAS/DAN oferece duas vagas para indígenas e uma para quilombolas, tanto no mestrado quanto no doutorado.

ensino superior vem crescendo. Dados do Censo de Educação Superior do Ministério da Educação mostram que, “em 2022, havia cerca de 70 mil alunos de centenas de etnias matriculados em instituições de ensino superior (29% em públicas e 71% em privadas) – em 2009, eram apenas 11,4 mil”. Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total de indígenas no Brasil foi de 1.694.836, o que representa 0,83% da população nacional. O número específico de estudantes indígenas de antropologia não está disponível em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Nos últimos anos, no Brasil, muitos trabalhos foram produzidos por indígenas antropólogos sobre a educação escolar indígena e o ingresso de indígenas no ensino superior (BANIWA, 2008, 2011, 2015a, 2015b, 2016, 2019a, 2019b, 2023, 2025; BARRETO, 2021, 2022; BARRETO; MENDES DOS SANTOS, 2017; BENITES, 2015; CRUZ TUXÁ, 2017, 2021, 2022, 2023; JESUS TUPINAMBÁ, 2024; MAGALHÃES TUPINAMBÁ, 2019; SARMENTO, 2023) além de uma produção grande por parte de indígenas antropólogos sobre outros temas (ALBERT; KOPENAWA, 2010, 2023; ANECÉ 2023, 2025; AWAMIRIM TUPINAMBÁ, 2024; IBERÊ, 2024; KRENAK, A. 2019, 2020; SANTANA TUPINAMBÁ, 2022), para citar apenas alguns exemplos.

Um Dossiê da *Revista Vibrant*, “Indigenous Brazilian Anthropology” (2026) reúne textos escritos por antropólogos indígenas e intelectuais de diversas áreas do conhecimento, com base em seus estudos, pesquisas, experiências e reflexões críticas. Na Introdução ao dossiê, Baniwa, Eloy Terena, e Lima afirmam que:

O dossiê sinaliza um ponto de virada histórico na trajetória da disciplina e pode ser concebido como parte de uma mudança onto-epistêmica em curso. Ele expressa o reconhecimento — ainda em evolução — da legitimidade de outros sistemas de conhecimento, teorias, métodos e cosmologias não ocidentais ou não ocidentalizados. Autores indígenas, portadores de formas milenares de conhecimento historicamente negadas, subordinadas ou apropriadas pela tradição acadêmica dominante, ocupam aqui seu próprio espaço e tempo dentro da universidade e da arena científica. Isso não é simplesmente uma questão de inclusão, mas um exemplo de deslocamento

estrutural: de objetos de investigação a sujeitos produtores de teoria (2026, p. 610).

Esses mesmos autores argumentam que o contexto jurídico-político-intelectual brasileiro foi decisivo para o surgimento desse novo protagonismo intelectual. A partir da Constituição Federal de 1988 e a ratificação da Convenção 169 da OIT em 2004, os povos indígenas asseguraram o reconhecimento de seus direitos à cidadania diferenciada, à autodeterminação e à sua própria organização sociocultural. Desde então os investimentos estratégicos na educação escolar e universitária intensificaram-se, incluindo a formação acadêmica em antropologia. Pretende-se alcançar o empoderamento intelectual e político necessário para confrontar o processo histórico de colonização, que inclui a invisibilização, a negação e as tentativas sistemáticas de destruir as culturas, línguas, saberes e modos de vida indígenas. Os autores ressaltam que a produção intelectual indígena representa uma mudança epistêmica fundamental em que os povos indígenas deixam de ser objetos de estudo e se afirmam como sujeitos intelectuais ativos, pesquisadores de suas próprias histórias, culturas, ontologias e epistemologias.

Os autores assinalam que o tema da luta pela terra e contra as diversas formas interligadas de violência pode ser encontrado na obra de muitos antropólogos indígenas. Acrescentam que apesar dos avanços, persistem desafios estruturais como a escassez de docentes indígenas em programas de pós-graduação, a necessidade de maior incorporação do conhecimento indígena nos currículos e metodologias acadêmicas e as tensões inerentes aos processos de tradução intepistêmica. Afirmam que,

a antropologia praticada por pesquisadores indígenas constitui um poderoso campo em formação, que dialoga com a tradição disciplinar ao mesmo tempo que a subverte. Ao colocar a experiência ancestral vivida e a dimensão cosmopolítica no centro da produção científica, contribui para a reconstrução crítica da universidade e a expansão dos horizontes do conhecimento (2026, p. 621).

Um artigo de Alcida Rita Ramos, comentado por Gersem Baniwa, Felipe Tuxá e Francisco Sarmiento (2023) reflete sobre o ingresso crescente de indígenas nos cursos de pós-graduação em antropologia e como “está-se gestando uma ala de intelectuais indígenas que, portadores de seus próprios saberes, têm grande potencial de desafiar as

certezas da disciplina e influir no traçado de seus rumos” (RAMOS, 2023a, p. 11). Ramos acrescenta que espera que “a adesão indígena ao campo antropológico contribua para expor ilusões, falácias, cegueiras e contradições e tirá-lo de seu atual estado letárgico, provocando uma guinada para uma ‘antropologia ecumênica’...” (2023a, p. 11). A mesma autora sinaliza a,

...possibilidade de os indígenas antropólogos provocarem no establishment acadêmico novas atitudes, olhares desarmados e disposição para a construção do que tenho chamado de antropologia ecumênica (Ramos 2014) e que Paul Little descreve como intercientificidade (2010, Bergamaschi 2014). Uma antropologia ecumênica seria aquela que se faz com a heterogenia de fundamentos epistemológicos (2023a, p. 12).

Gersem Baniwa comenta que espera do crescente ingresso de indígenas na antropologia:

...uma antropologia renovada, atualizada, aberta, plural, inclusiva com a diversidade de outras formas de pensar e fazer antropologia, uma antropologia ecumênica nos termos da Alcida ou uma antropologia intercientífica, como denomina Little (2010). Prefiro a noção de intercientificidade, porque ela coloca o debate no centro do que é mais caro e profundo para a academia, a noção de Ciência, que neste caso, passa a reconhecer também as Ciências Indígenas e outras ciências. Nosso entendimento é de que a noção de intercientificidade instiga a possibilidade de diálogo interativo e de coexistência de sistemas de conhecimentos que não apenas se toleram, mas que interagem e se complementam (2023, p. 49).

Indígenas antropólogos na Argentina

Na Argentina, país que registrou uma população de 1.306.730 indígenas, conforme o Censo argentino de 2022 do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC 2022), porcentagem muito mais alta (2,9%) da população total argentina comparada à porcentagem da população indígena no Brasil de apenas 0,83%. Argentina tem uma longa história de negar a existência das suas populações originárias (LENTON, 2010). Não existem estatísticas oficiais e abrangentes sobre o número exato de estudantes indígenas no ensino superior, nem na disciplina de antropologia. Conforme o INDEC,

28,3% da população indígena frequentava algum tipo de estabelecimento educativo em 2022, o que inclui todos os níveis de ensino. Algumas universidades argentinas implementam políticas e programas específicos, como bolsas econômicas e acompanhamento pedagógico, para promover a inclusão e permanência de estudantes indígenas. Entretanto, na Argentina, apesar da consolidação do movimento indígena nos últimos anos, os indígenas permanecem invisíveis nas estatísticas do sistema universitário nacional, que carece de mecanismos para registrar e monitorar a identidade indígena dos estudantes.

Durante pesquisas na Argentina, sobretudo durante uma estadia de três meses no final de 2016, tive a oportunidade de entrevistar muitos antropólogos que realizam pesquisas junto a povos originários naquele país, além de acompanhá-los em suas pesquisas de campo, como o professor Sebastián Valverde e alguns dos seus então doutorandos, Juan Engelman e Laura Weiss, da Universidad de Buenos Aires (UBA), na Área Metropolitana de Buenos Aires, em Partido (Município) Almirante Brown e a comunidade dos Povos Moqoit-Qom “Nogoyin Ni Nala”; Simón Morales, Cacique da comunidade do Povo Qom “19 de abril”, Partido de Marcos Paz; e Clara Romero, Cacique Nalá, Comunidade do Povo Qom “Ima Iacia Qom”, Partido de San Pedro. A Cacique Clara Romero publicou artigos sobre questões relacionadas à educação e etnicidade e do contexto educativo em níveis médio e superior para a visibilização identitária (ROMERO et al, 2016).

Além disso, acompanhei o antropólogo Sebastián Valverde a comunidades Mapuche que realizam projetos de turismo rural comunitário indígena nas províncias de Rio Negro e Neuquén, na região fronteiriça com Chile: Lof Quintupuray, Lago Correntoso, Villa la Angostura, Região dos Lagos, Província de Neuquén; Comunidade Paichil Antriao, Villa la Angostura; e três irmãos Tacul que moram em San Carlos de Bariloche, Província de Rio Negro.

Indígenas antropólogos no Canadá

No Canadá, país com população indígena total de 1.807.250 pessoas (Censo 2021), classificada pelo governo em “Primeiras Nações” 1.048.405; “Métis” 624.220; e “Inuit” 70.545 (Censo de 2021), constituindo 5% da população total⁴. No Canadá existem programas específicos de educação indígena. Em 2021, 12.9% de adultos indígenas entre 25 e 64 anos de idade haviam completado a graduação, enquanto 3,4% tiveram

⁴ Statistics Canada. Disponível em <<https://www.statcan.gc.ca/o1/en/plus/3920-canadas-indigenous-population>>

mestrado e 0,7% doutorado. Não há dados em Statistics Canada sobre o número de estudantes indígenas em antropologia. Como no caso da Austrália, o ingresso de indígenas em antropologia no Canadá aconteceu décadas antes do Brasil e da Argentina. Franz Boas treinou indígenas em antropologia como colaboradores de pesquisa, como George Hunt, nascido em 1854, etnólogo e linguísta Kwakwaka'wakw que colaborou com Boas por mais de 40 years, de 1891 até a morte de Hunt em 1933, e Annie Spencer consultora Tlingit. O antropólogo canadense, Noel Dyck, apresenta perspectivas nativas sobre a antropologia e políticas públicas a partir de entrevistas com três intelectuais indígenas no Canadá, realizadas em 1989, o antropólogo Ron Ignace e os advogados George Speck e Renee Taylor (IGNACE; SPECK; TAYLOR, 1993).

Tive a oportunidade, em 1995, de entrevistar Ron Ignace Stsmélqen em sua casa, na Nação Secwepemc, Colúmbia Britânica. Foi chefe eleito da Banda Indígena Skeetchestn por mais de 30 anos, desde o início da década de 1980. Também atuou como presidente do Conselho Tribal da Nação Shuswap e presidente de sua sociedade cultural, onde iniciou um amplo programa de pesquisa e resgate da língua e cultura Secwepemc, incluindo uma parceria com a Universidade Simon Fraser (SFU). Ele possui bacharelado e mestrado em Sociologia pela Universidade da Colúmbia Britânica e concluiu seu doutorado em Antropologia na SFU em 2008, com uma tese sobre história oral Secwepemc. Ele (co)escreveu números artigos e capítulos de livros sobre a história, etnobotânica, língua e cultura Secwepemc, incluindo a obra épica *Secwepemc People, Land and Laws: Yerí7 re stsqey's-kucw*, uma jornada através de 10.000 anos de história Secwepemc.

De 2003 a 2005, Ignace Stsmélqen, presidiu a Força-Tarefa Ministerial sobre Línguas e Culturas Aborígenes e, de 2016 a 2021, copresidiu o Comitê de Línguas da Assembleia dos Chefes das Primeiras Nações, onde desempenhou um papel no desenvolvimento do Projeto de Lei C-91, a Lei das Línguas Indígenas.

Em 2009, tive a oportunidade de entrevistar Richard Ouellet, então doutorando em antropologia na UBC, nascido em uma comunidade Métis no Parque Nacional de Jasper, no Nordeste da província de Colúmbia Britânica, que atualmente se identifica como Cree. Muitos Métis na região de Jasper têm fortes laços com os Cree, frequentemente se identificando como Métis das montanhas ou Cree das Montanhas Rochosas (Aseniwuche Winewak), reconhecendo sua ancestralidade compartilhada (cree, francesa, escocesa) e sua conexão histórica com a terra. Grupos como a Nação

Aseniwuche Winewak trabalham para resgatar e compartilhar essa história, mesmo se identificando com as culturas Cree e Métis. A área, incluindo o Parque Nacional de Jasper, é o território tradicional de vários povos indígenas, incluindo Cree e Métis, deslocados quando o parque foi criado em 1907, mas agora estão fortalecendo parcerias. Ouellet aborda como, à medida em que o discurso sobre os direitos indígenas avança no Canadá, os conceitos abrangentes sobre os Métis, em particular aqueles relacionados ao reconhecimento e aos direitos, continuam a se transformar. O nível micro, ou a gestão da relação entre o Canadá e as pequenas comunidades Métis, oferece uma oportunidade para destacar questões relativas às relações entre os Métis e o Estado. Ouellet examina, a medida que áreas como o Parque Nacional de Jasper são incumbidas de restaurar a presença Métis, como essa relação se desenvolve. As tentativas de criar uma relação de trabalho com os Métis em Jasper são dificultadas pela incerteza em relação aos direitos e à identidade Métis. Também, o governo espera que os Métis abandonem práticas anteriores de organização e governança em troca de acesso às autoridades locais, enquanto os Métis afirmam que o governo expulsou seus ancestrais do Parque Nacional de Jasper logo após sua criação. Afirmo Ouellet que as autoridades locais continuam a encontrar maneiras de marginalizar os Métis que se opõem a participar de relações coloniais concebidas e controladas pelas autoridades locais.

Outro intelectual e ativista indígena canadense é Gerald Robert Alfred, conhecido atualmente como Taiaiake Alfred, do Território Kahnawà:ke Mohawk, Quebec, que ocupou diversos cargos acadêmicos e governamentais. Taiaiake Alfred expõe em seus trabalhos, como, na atualidade, o racismo sustenta e molda as relações entre os indígenas e os colonizadores no Canadá (ALFRED, 1995, 2023).

Outro intelectual indígena destacado que conheci no Canadá em 2009, quando proferiu um dia de palestras e debates no St. John's College, onde estive hospedado no campus da UBC, foi professor John Borrows (2001, 2017), professor de Direito da Universidade de Toronto. Professor Borrows recebeu a Ordem do Canadá, uma honraria de prestígio para reconhecimento de mérito. Borrows ocupa a Loveland Chair em Direito Indígena, e é reconhecido como um dos principais especialistas mundiais em direito indígena. Do povo Anishinaabe/Ojibway e membro dos Chippewas da Primeira Nação Nawash na província de Ontário. Borrows oferece cursos para estudantes de graduação em direito que aborda a intersecção entre as leis dos povos indígenas e as leis do Canadá, além de oferecer cursos intensivos sobre lei e tradição jurídica Anishinaabe.

Os autores indígenas, Evans, Miller, Hutchison, e Dingwall (2014) argumentam que as abordagens indígenas à pesquisa estão fundamentalmente enraizadas nas tradições e nos sistemas de conhecimento dos próprios povos indígenas, embora as metodologias e os métodos indígenas tenham se tornado tanto sistemas de geração de conhecimento quanto formas de resposta aos processos de colonização. Esses autores ressaltam que métodos indígenas muito específicos emergem da língua, da cultura e da cosmovisão. Descrevem duas abordagens de pesquisa indígena, extraídas do trabalho de dois pesquisadores indígenas com suas comunidades na Austrália e no Canadá em que as abordagens se baseiam profundamente em suas comunidades e, portanto, expressam e aplicam sistemas de conhecimento tradicionais em termos contemporâneos.

Indígenas antropólogos na Austrália

No caso da Austrália, conforme o Australian Bureau of Statistics (ABS), país que tem uma população indígena de aproximadamente 984,000⁵, de aborígenes e ilhéus do Estreito de Torres, ou 3.8% da população total (ABS 2021). apesar de um crescimento no número de estudantes indígenas na pós-graduação, o número permanece abaixo da média da população não indígena. Dados do Censo do ABS de 2021 constataam que aproximadamente 2.9% de pessoas de Primeiras Nações (termo que abrange as diversas populações “aborígenes” e os “ilhéus do Estreito de Torres”, as duas categorias étnicas abrangentes reconhecidas pelo governo) entre 25–34 anos de idade, tem formação completa em nível de pós-graduação, segundo dados de 2021/2022. O número de indígenas com pós-graduação completa cresceu de 0.4% em 2001 a 1.5% em 2021 .

Apesar de existir unidades de ensino superior para estudantes indígenas em muitas universidades australianas, o governo australiano se orienta para um ensino universal, não havendo universidades indígenas, o que tem dificultado uma diminuição das disparidades em níveis de educação superior para estudantes indígenas em comparação com estudantes não indígenas daquele país. O governo australiano tem implementado políticas contínuas para tentar “close the gap” (reduzir as desigualdades) entre os povos autóctones e os australianos não indígenas, abrangendo saúde, educação, emprego e justiça, por meio de uma nova abordagem de parceria no âmbito do Acordo Nacional de 2020 sobre Redução das Desigualdades, que passa de políticas de cima para baixo para a tomada de decisões compartilhada com as principais organizações indígenas. Entretanto, houve pouco êxito e em algumas áreas as desigualdades permaneceram e/ou

⁵ Australian Bureau of Statistics. Disponível em <<https://www.abs.gov.au/statistics/people/aboriginal-and-torres-strait-islander-peoples>>

aumentaram, como, por exemplo, as taxas de encarceramento de indígenas nas penitenciárias.

Na Austrália, o ingresso de indígenas na disciplina de antropologia aconteceu décadas antes do Brasil. Indígenas antropólogos na Austrália têm trabalhado muito na área de patrimônio cultural, "native title" ou direito indígena à terra, pesquisa comunitária, direitos territoriais, e uma antropologia da decolonização. Assisti a uma palestra da Professora Márcia Langton em 1992, na Australian National University (ANU), Camberra, sobre policiamento indígena em comunidades indígenas da Austrália Central, em que a antropóloga ressaltou que iniciativas para criar uma polícia indígena haviam perpetuado o sistema colonial, enquanto o incentivo de métodos de controle social a partir das comunidades teve resultados positivos. Em 1977, Langton foi eleita secretária-geral do Conselho Federal para o Avanço dos Aborígenes e Ilhéus do Estreito de Torres. Matriculou-se em antropologia na ANU e se formou em 1984, concluindo o doutorado em antropologia e geografia humana na Macquarie University, Sydney, em 2005. Trabalhou como consultora da Comissão Australiana de Reforma da Lei, elaborando seus Termos de Referência sobre o Reconhecimento do Direito Consuetudinário. Ela passou a trabalhar como antropóloga sênior no Conselho Central de Terras em Alice Springs, onde se dedicou a reivindicações territoriais. Assumiu o cargo de Chefe da Unidade de Assuntos Aborígenes da Comissão Real sobre Mortes de Aborígenes sob Custódia, por 15 meses, entre 1989 e 1990. Em 1992, Langton foi nomeada Presidente do Instituto Australiano de Estudos Aborígenes e Ilhéus do Estreito de Torres (AIATSIS) em Canberra e, posteriormente, tornou-se presidente de Estudos Aborígenes na Faculdade de Estudos Aborígenes e Ilhéus do Estreito de Torres da Universidade do Território do Norte. Em 2020, Langton foi condecorada com a Ordem da Austrália por serviços relevantes ao ensino superior e por sua defesa dos povos aborígenes e das ilhéus do Estreito de Torres. Desde 2000, ocupa a cadeira de Estudos Indígenas na Universidade de Melbourne.

Há várias décadas, indígenas antropólogos vêm publicando artigos críticos sobre diversos temas, como Márcia Langton, sobre as maneiras em que a antropologia abordava indígenas em situações urbanas (LANGTON, 1981), direitos territoriais indígenas (PETERSON; LANGTON 1983), e as tentativas por parte de antropólogos a lidar com as rápidas mudanças sociais pelas quais passam as populações indígenas (LANGTON, 2011); Aileen Moreton-Robinson e Clair Runciman escrevem sobre temas

como direitos territoriais e autogerenciamento em uma situação colonial (MORETON-ROBINSON; RUNCIMAN, 1990); Suzi Hutchings sobre antropólogos indígenas e a fragmentação da sabedoria indígena na antropologia que lida com direitos territoriais (HUTCHINGS, 2019), para citar apenas alguns exemplos.

Considerações finais

O crescente ingresso de indígenas na antropologia revela, em todos esses quatro países, que há particularidades na antropologia que praticam que são diretamente relacionadas ao fato de pertencerem a povos indígenas que sofreram longas histórias violentas de colonização em que foram frequentemente descritos por antropólogos como povos em vias de extinção. Muitos povos foram invisibilizados pela negação forçada da sua indianidade, e vivem em situações em que persistem o racismo e a discriminação. Apesar de apresentar uma enorme variedade de contribuições à antropologia, dentro de tradições desenvolvidas em contextos nacionais diversos, quase todos os indígenas antropólogos compartilham o fato de se posicionarem desde perspectivas de povos em situações coloniais, e assumirem um papel de serem ao mesmo tempo ativistas políticos e acadêmicos na luta para a efetivação de direitos indígenas diferenciados em seus respectivos países. Posicionam-se a partir dos contextos coloniais em que foram inseridos historicamente. Nas palavras de Gersem Baniwa,

Nós, povos indígenas, ainda vivemos profundamente marcados por uma história de violência física e pela negação de nossos direitos de falar, pensar e existir. Permanecemos profundamente marcados pela dor e pelo trauma das tragédias de mais de cinco séculos de colonização, de modo que eventos que ferem nossa dignidade e humanidade continuamente (re)abrem feridas traumáticas psicológicas, epistêmicas e espirituais difíceis de cicatrizar. Não podemos esquecer os horrores da violência colonial e como fomos tomados pelo medo, pelo desencanto e pela dificuldade de acreditar e confiar no mundo colonizador (Baniwa, 2026, p. 611).

Tônico Benites (2026, p. 609) relata que, ao realizar pesquisa entre 2008 e 2013 no estado de Mato Grosso do Sul, em meio a intensos conflitos fundiários envolvendo comunidades indígenas e grandes proprietários de terras, em que antropólogos e estudantes enfrentaram intimidação, acusações e vigilância e uma oposição crescente

por parte de proprietários que tentam invalidar relatórios antropológicos. Vale ressaltar o papel histórico da antropologia no Brasil na defesa dos direitos indígenas.

Rute Moraes Souza (2026, p. 609) busca compreender os impactos causados após a remoção forçada do seu povo Anacé, acarretada pela implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CIPP em seu território, e o processo de construção e reconstrução através da identidade, memórias e viver cultural narrada pelas famílias no novo território.

Depoimentos de indígenas acadêmicos em todos os quatro países expressam posicionamentos parecidos quanto aos traumas profundos do colonialismo que vivem.

Entretanto, é fundamental tomar em consideração que há uma grande variedade de abordagens e maneiras diversas de entender seu posicionamento como indígenas antropólogos e de participar na renovação da disciplina por meio de esforços de decolonizá-la. Baniwa convida “todos a continuarem construindo uma ciência plural e uma universidade capaz de acolher essa diversidade cultural e epistêmica, e uma antropologia genuinamente aberta ao diálogo respeitoso e honesto” (2026, p.624).

Referências

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi, *O Espírito da Floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi, *A Queda do Céu: palavra de um xamã Yanomami*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALFRED, Taiaiake. *It's All about the Land: collected talks and interviews on Indigenous Resurgence*. Toronto: University of Toronto Press, 2023.

ALFRED, Gerald R., *Heeding the Voices of our Ancestors: Kahnawake Mohawk Politics and the Rise of Native Nationalism*. Don Mills, Ont.: Oxford University Press Canada, 1995.

ANECÉ, Rute Moraes Souza. “São Gonçalo vai embora e o Povo fica Chorando”: práticas, rituais e espiritualidade Anacé na Reserva Indígena Taba no município de Caucaia, Ceará – Brasil. Dissertação de mestrado defendida no PPGAS/DAN/UnB, 2023.

ANECÉ, Rute Moraes Souza. “Toda Muda Murcha”: Lustro (2018-2023) da Reserva Indígena Taba dos Anacé em Caucaia (CE) - Brasil", Tese de doutorado defendida em Ciências Sociais, na Universidad de Salamanca (UNISAL), Espanha, 2025.

AWAMIRIM TUPINAMBÁ, Klayton Mário Oliveira Ramos. Por que o Santuário Pajé Santxiê Tapuya Não Se Move? Rotas de fuga: indígenas e candangos no Altiplano de Brasília (1957 – 2024). Dissertação de Mestrado defendida no PPGAS/DAN/UnB em 2024.

BAINES, Stephen G. Primeiras Impressões Sobre a Etnologia Indígena na Austrália. In: Cardoso de Oliveira, Roberto; Ruben, Guilherme Raul (orgs.). *Estilos de Antropologia*, ed.1. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

BANIWA, Gersem Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, n. 1, 2006.

BANIWA, Gersem Luciano. Educação para manejo e domesticação do mundo, entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese de doutorado defendido no PPGAS, Departamento de Antropologia (DAN), UnB, 2011.

BANIWA, Gersem Luciano. Antropologia indígena: o caminho da descolonização e da autonomia indígena. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Brasil, 2008.

BANIWA, Gersem Luciano. “Os indígenas antropólogos: desafios e perspectivas”. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, Brasília, Associação Brasileira de Antropologia, v. 2, n. 1, p. 244-251, 2015a.

BANIWA, Gersem Luciano. Indígenas Antropólogos: desafios e perspectivas. In: *Novos Debates*, v. 2, 1, p. 233-243, fev. 2015b.

BANIWA, Gersem Luciano. “Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena”. *Novos Olhares Sociais*, vol. 2, nº 1, p. 22-40, 2019a.

BANIWA, Gersem Luciano. “Desafios no caminho da descolonização indígena”. *Novos Olhares Sociais*, vol. 2, nº 1, p. 41-50, 2019b.

BANIWA, Gersem Luciano. “Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma? Um debate necessário”. *Anuário Antropológico*, v. 48, nº 1, p. 45-52, 2023.

BANIWA, Gersem Luciano. “Saberes indígenas e lutas territoriais: utopias e retomadas que inspiram vidas resistentes. Indigenous knowledge and territorial struggles: utopias and resumption that inspire resilient lives. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 31, n. 71, jan./abr. p. 1 – 22, 2025.

BANIWA, Gersem Luciano. Indigenous knowledge and territorial struggles: utopias and reclaiming lifeways of resistance. In: Dossiê: Indigenous Brazilian Anthropology. *Vibrant*, 23, p. 609-626, 2026

BANIWA, Gersem Luciano; ELOY TERENA, Luiz; LIMA, Antônio Carlos de Souza. Ethnic diversity and anthropological traditions: looking from the perspective of indigenous anthropologists. Introdução - Diversidade étnica e tradições antropológicas: uma visão da perspectiva de antropólogos indígenas. In: Dossiê Indigenous Brazilian Anthropology. *Vibrant*, 23. p. 609-623, 2026.

BARRETO, João Paulo L. Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2021.

BARRETO, João Paulo L., *O mundo em mim: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto Rio Negro*. Brasília, DF Editora Mil Saberes; IEB, 2022.

BARRETO, João Paulo L.; MENDES DOS SANTOS, Gilton. A volta da Cobra Canoa: em busca de uma antropologia indígena. *Revista de Antropologia* (São Paulo, Online) v. 60 n. 1, p. 84-98, USP, 2017.

BENITES, Tônico. Indígenas Antropólogos: desafios e perspectivas. In: *Novos Debates*, fev, 2015. v.2, 1, p. 244-251, 2015.

BENITES, Tônico. The trajectory and work of an indigenous anthropologist. In: Dossiê: Indigenous Brazilian Anthropology. *Vibrant*, 23. p. 609-617, 2026.

BORROWS, John. “Revitalizing Canada’s Indigenous Constitution: Two Challenges.” In: *UNDRIP Implementation: Braiding International, Domestic and Indigenous Laws*. Waterloo, ON: The Centre for International Governance Innovation. p. 20-27, 2017. Disponível em: <<https://www.cigionline.org/sites/default/files/documents/UNDRIP>>.

BORROWS, John., Indian Agency: Forming First Nations Law in Canada. *PoLAR*, Vol. 24, No. 2, p. 9–23, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Biblioteca Tempo Universidade; Brasília: CNPq, n. 83. 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. 2 ed. Brasília: Paralelo 15: São Paulo: Editora UNESP, 2000 [1998].

GERHOLM, Tomas; HANNERZ, Ulf. Introduction: The Shaping of National Anthropologies. *Ethnos*, 47, p. 5-35, 1982.

CRUZ TUXÁ, Felipe S. M., “Antropologias indígenas e a questão da posicionalidade”. *Anuário Antropológico*, v. 48, nº 1, p. 61-66, 2023.

CRUZ TUXÁ, Felipe S. M., “Importância das ações afirmativas no Enfrentamento da pandemia de Covid -19 pelos povos indígenas no Brasil: reflexões sobre organização social e combate ao racismo estrutural”. *Revista ABPN*, v. 14, p. 331-442, 2022.

CRUZ TUXÁ, Felipe S. M. Povos Indígenas, Pesquisa e Descolonização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (online), v. 36, p. 1-5, 2021.

CRUZ TUXÁ, Felipe S. M. Entre la academia y la aldea. Algunas reflexiones sobre la formación de indígenas antropólogos en Brasil. *Anales de Antropología*, v.52, p. 25-33, 2017.

DYCK, Noel. Cultures, communities and claims: Anthropology and Native Studies in Canada. *Canadian Ethnic Studies*, XXII, 3, p.40-55, 1990.

DYCK, Noel; WALDRAM, James B. (orgs.). *Anthropology, Public Policy, and Native Peoples in Canada*. Montreal & Kingston, London, Buffalo: McGill-Queen's University Press, 1993.

EVANS, Mike; MILLER, Adrian; HUTCHINSON, Peter.; DINGWALL, Calene., De-Colonizing Research Practice: Indigenous Methodologies, Aboriginal Methods, and Knowledge/Knowing. In: LEAVY, P. (ed.) *The Oxford _Handbook of Qualitative Research*. Oxford University Press. Chapter 10, p. 179-191, 2014.

HUTCHINGS, Suzi. Indigenous Anthropologists Caught in the Middle. The fragmentation of Indigenous Knowledge in Native Title Anthropology, Law, and Policy in Urban and Rural Australia. In: HERNÁNDEZ CASTILLO, R. Aida; HUTCHINGS, Suzi; NOBLE, Brian. (Editors) *Transcontinental Dialogues: Activist Alliances with Indigenous Peoples of Canada, Mexico, and Australia*. University of Arizona Press, Chapter 7, p. 193-219, 2019.

IBERÊ, Daniel. Oguata Ywy Mba'e Megua: Caminhando sobre a terra adoecida. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/DAN/UnB, 2024.

IGNACE, Ron; SPECK, George.; TAYLOR, Renée. (entrevistados por Noel Dyck). “Some Native Perspectives on Anthropology and Public Policy”. In: DYCK, N.; WALDRAM, James. (Eds.) *Anthropology, Public Policy and Native Peoples in Canada*. McGill-Queens University Press: Montreal & Kingston, 1993.

INDEC: Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina, 2022. Disponível em: < <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel3-Tema-2-41>>.

JESUS TUPINAMBÁ, Hudson Romário Melo de. Que mudanças os indígenas estão trazendo para a antropologia: olhares sobre a variedade de estilos de antropologia indígena no Brasil. *Ñanduty* 12(19), 246–257, 2024.

KRENAK, Ailton. *A Vida Não É Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANGTON, Marcia. Anthropology, politics and the changing world of Aboriginal Australians. *Anthropological Forum*, v.21, n.1, March, p. 1-22, 2011.

LANGTON, Marcia. Urbanizing Aborigines: the social scientists’ great deception. *Social Alternatives*, vol.2 (2), p. 16 – 22, 1981.

LENTON, Diana. Política indigenista argentina: una construcción inconclusa. *Anuário Antropológico*/2009, 1, p. 57-97, 2010.

MAGALHÃES TUPINAMBÁ, José Carlos Batista, “O que Nós Queremos é uma Escola com Cheiro do Nativo”: os modos de apropriação da escola pelos Tupinambá de Olivença. Dissertação de mestrado defendida no PPGAS/DAN/UnB, 2019.

MORETON-ROBINSON, Aileen. *The White Possessive: Property, Power, and Indigenous Sovereignty*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

MORETON-ROBINSON, Aileen; RUNCIMAN, Clair. Land Rights in Kakadu: self management or domination. *Journal of Social Justice Studies*, Vol. 3, p. 77- 90, 1990.

PEIRANO, Mariza G. S., The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case. Tese (Doutorado), Harvard University, 1981. (Publicada na Série Antropologia n.110, Brasília: DAN, UnB, 1991).

PETERSON, Nic; LANGTON, Marcia. (eds.). *Aborigines, Land and Land Rights*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1983.

RAMOS, Alcida Rita, Ethnology Brazilian Style. *Cultural Anthropology*, v. 5, n.4, p. 452-457, 1990.

RAMOS, Alcida Rita. Intelectuais indígenas abraçam a Antropologia. Ela ainda será a mesma? *Anuário Antropológico*, v. 48, nº 1, p. 11-27. 2023a.

RAMOS, A. R., Réplica. *Anuário Antropológico*, v. 48, nº 1, p.83-89, 2023b.

ROMERO, Clara et al. Educación y etnicidad: comparación de experiencias indígenas e importancia del contexto educativo en el nivel medio y superior para la visibilización identitaria. In: MATO, Daniel (Coord.). *Educación superior y pueblos indígenas en América Latina: experiencias, interpelaciones y desafíos*. Sáenz Peña: Universidad

Nacional de Tres de Febrero; México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 335-353, 2016.

SANTANA TUPINAMBÁ, Juliana dos Santos (Amanayara). Da Borduna à Caneta: o levante do Povo Tupinambá e a luta pela demarcação do seu território. Dissertação de mestrado defendida no PPGAS/DAN/UnB, 2022.

SARMENTO, Francisco., Com os indígenas, uma Antropologia mais atraente. *Anuário Antropológico*, v. 48, nº 1, p.73-77, 2023.

SOUZA, Rute Morais. ‘The traditional is where history lives’: the transformations and remaking of the Anacé people in violated territories. In: Dossiê: Indigenous Brazilian Anthropology. *Vibrant*, 23, p. 609-631, 2026.

STOCKING, Jr., George W., Afterword: A View from the Center. *Ethnos*, 47, p. 172-186, 1982.